

Consensos e dissensos latino-americanistas: comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino e uruguaio

*Rafael Viana da Silva*¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar comparativamente a influência Revolução Cubana e suas polêmicas no anarquismo argentino e uruguaio, entre o período de 1959 e 1964 e suas repercussões neste campo político. A partir dos aportes da História Política e Comparada, o artigo objetiva analisar os consensos, dissensos e as fraturas ocasionadas pela incorporação dos debates inaugurados por este evento revolucionário no Rio da Prata.

Palavras-chave: anarquismo, revolução cubana, história comparada do anarquismo

Abstract: This paper aims to analyze comparatively the influence of the Cuban Revolution and its controversies on Argentinean and Uruguayan anarchism between the period of 1959 and 1964 and its repercussions in this political field. From the contributions of Political and Comparative History, the article aims to analyze the consensuses, dissent and fractures caused by the incorporation of the debates inaugurated by this revolutionary event in the River Plate.

Keywords: anarchism, Cuban revolution, comparative history of anarchism

O debate da revolução cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas, trotskistas e nacionais-populares, mas o anarquismo também se defrontará com esta temática, cujos efeitos serão o de polêmicas e profundas dissensões. Cabe dizer que há alguns anos, a historiografia superou o mito historiográfico que identificava o “fim do anarquismo” nas décadas de 1930 (SILVA, 2014). Pesquisas diversas demonstram a presença e participação anarquista no contexto posterior ao da segunda guerra em

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com período de bolsa sanduíche na Universidad de la República (Uruguai).

diferentes países e sua relação com os novos contextos políticos que se apresentavam (SILVA, 2014).

No marxismo a Revolução Cubana inaugurou um período revolucionário e reacendeu a chama do internacionalismo, já no anarquismo também provocou importantes reflexões internas ou modificações em sua política. Cabe afirmar que o anarquismo em ambos os países citados, vinha se reorganizando politicamente, em consonância com um movimento político que é de fato, internacional.

A especificidade da realidade americana já tinha sido abordada por um conjunto de organizações anarquistas americanas desde a década de 50. Em 1957 foi organizada: a 1ª Conferência Anarquista Americana, em Montevideu, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril. Este foi um evento importante para impulsionar a reorganização anarquista no continente. Participaram da conferência, organizações e grupos anarquistas do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Cuba. A conferência se dedicou entre outros temas, a estudar a especificidade da realidade americana e definir minimamente um plano de ação em comum. O objetivo de fundo era a reorganização do anarquismo americano e sua reinserção nas lutas sociais do período. Esta conferência reafirmou como principal estratégia a atuação sindical e formulou uma posição anti-imperialista (SILVA, 2018, p. 52) vinculada especificamente ao ambiente americano da década de 40 e 50.

A presença do anarquismo cubano nesta conferência demonstra a preocupação de um setor relevante deste campo político em tentar compreender a agitação ocorrida durante a década de 50 em Cuba e

articular-se transnacionalmente por uma identidade adequada a realidade do continente.

Nesse sentido é impossível falar da recepção da Revolução Cubana no anarquismo americano sem mencionar as correntes transnacionais, que envolvem a presença do anarquismo em Cuba e a recepção da Revolução Cubana à partir de seus militantes. O anarquismo cubano, apesar de duramente atingido pela ditadura de Gerardo Machado e suas leis antianarquistas na década de 30, prosseguiu com certa presença, durante as décadas de 1940 e 1950 com a chegada de novos imigrantes na ilha (FERNÁNDEZ, 2000, p. 56). Apesar de numericamente reduzidos, os anarquistas cubanos mantinham uma razoável influência em alguns setores de trabalhadores. Diversos anarquistas irão se integrar ao nascente Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR26-J), que fez inclusive algumas reuniões na sede da *Asociación Libertária de Cuba* (ALC). A perseguição do regime de Batista aos revolucionários cubanos também atingiu os anarquistas. Por exemplo, Gilberto Lima e Isidro Moscú, anarquistas vinculados ao MR26-J são presos e torturados, o que causaria a “queda” de diversos anarquistas que preparavam uma ação armada na província de Pinar del Río e tiveram de rumar ao exílio (FERNÁNDEZ, 2000, p. 85). Apesar da historiografia tradicionalmente ignorar ou apagar tal presença, os anarquistas participaram tanto da luta urbana, quanto da guerrilha oriental em Escambray aliados taticamente aos outros setores de oposição a ditadura de Batista. Passaram a sofrer crescente oposição por parte do MR26, especificamente do Partido

Comunista Cubano (PCC) que atuava dentro dessa organização (FERNÁNDEZ, 2000, p. 89).

Com a caída da ditadura de Fulgêncio Batista e a formação do novo Estado Cubano, os anarquistas irão empreender algumas críticas ao processo em curso. Chegam a participar do *X Congreso Nacional da Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionária* e em 1960 a ALC polemizava com o PCC, criticando o centralismo democrático, a estatização, defendendo o federalismo, o trabalho coletivo e os sindicatos como pedra angular da construção da nova sociedade cubana. Afirmavam que a Revolução Cubana é como o mar “de todos” e criticavam a ação do PCC, afirmando que “toda sua atividade está dirigida a uma só causa: o monopólio do Poder político, o estabelecimento de sua própria ditadura, a mal fadada ‘ditadura do proletariado’” (BERKMAN, 1960) Cabe ressaltar um acontecimento relevante para a chegada de informações sobre o processo cubano no anarquismo uruguaio e argentino, que foi a visita de dois anarquistas na década de 1960 à ilha.

O primeiro foi Luís Danussi, em 1960, secretário-geral da *Federación Argentina de Trabajadores de Imprenta* (FATI), que retorna a Argentina com diversas críticas ao regime cubano, ressaltando o rígido controle do Estado cubano aos sindicatos. O segundo Abraham Guillén, em 1962, um argentino veterano da guerra civil espanhola e autor de diversos livros sobre a luta armada que viajou junto de uma delegação heterogênea de militantes socialistas. Guillén aproveita o encontro em Cuba para polemizar com Ernesto “Che” Guevara acerca

da conveniência em se iniciar a luta armada urbana ou rural. Guevara como sabido defendia a adoção de um foco guerrilheiro rural como eixo central da estratégia de luta revolucionária, já Guillén inclinava-se pela segunda opção, a de adoção de uma estratégia de luta armada, urbana cujo eixo reflexivo, originava-se da experiência das esquerdas na Guerra Civil Espanhola (SILVA, 2018). Sobre este encontro, Guillén falaria alguns anos mais tardes, sobre suas impressões.

Conheci o “Che” Guevara em 1962, em plena “crise do Caribe”, uma noite longa conversando os dois em presença de Alicia Eguren, esposa do líder peronista, exilado em Cuba, John William Cooke. Os barcos de guerra e aviões norte-americanos estavam rodeando as praias de Cuba. [...] Não nos entendemos nunca bem o “Che” Guevara e eu. Era um homem bem mais dogmático. O dissuadi de fazer empreitadas guerrilheiras de montanha com poucos homens (grupos de 25 guerrilheiros), por entender que, no caso dos “Uturuncos” – algo que eu havia experimentado –, a contraguerrilha operava com seções de mais de 30 homens dotadas de alguns morteiros. Portanto, o combate frente a frente tinha assim uma correlação de forças desfavoráveis para a guerrilha. Mas o “Che” seguia o regulamento cubano como um dogma. Eu era partidário de 4 a 5 grupos de 25, vivendo separados no bosque e montanha, mas combatendo juntos contra as seções de mais de 30 contraguerrilheiros. (GUILLÉN, 1978, p. 4)

Desde o final de 1960, o anarquismo sofria forte oposição do PCC, e em 1961 já não há nenhum indício de presença política anarquista em Cuba. A maioria da militância caminha ao exílio ou é presa na ilha (FERNÁNDEZ, 2000). É a partir de 1961, portanto, que a polêmica ganha contornos transnacionais e se espalha para o restante do continente americano com os efeitos que iremos analisar.

No verão de 1961 se constituiu em Nova York o *Movimiento Libertário Cubano en el Exilio* (MLCE), “por um grupo não muito numeroso de anarquistas exilados nessa cidade” (Ibid, p. 104). Rapidamente estabelecerão relações com os exilados espanhóis agrupados em torno do periódico *Cultura Proletária*; mas sua principal interlocutora, será a organização Liga Libertária, fundada em 1954. Numa entrevista dada pelos anarquistas cubanos recém-chegados a Nova York a revista *View and Comments* (em 1961), a questão da perseguição aos anarquistas cubanos ganha projeção internacional no anarquismo e passa a ser objeto de debate permanente. Para nosso objeto em questão, temos então, três eixos de difusão da polêmica da Revolução Cubana: um eixo de anarquistas cubanos vivendo nos EUA, outro de exilados em solo Argentino e um próprio, de debates e polêmicas no “Rio da Prata” (Argentina e Uruguai). Estas discussões foram majoritariamente realizadas em jornais anarquistas e informes que eram trocados durante o período em questão. Algumas vezes, envolviam anarquistas destacados na imprensa libertária internacional.

A polêmica da revolução cubana no anarquismo argentino

O anarquismo argentino apesar de ter passado por dificuldades, manteve-se com presença em algumas categorias sindicais e com fisionomia política própria. Discorrendo sobre o suposto desaparecimento do anarquismo argentino, o pesquisador Augustin Nieto afirma que: “Num território que teria que estar deserto de anarquistas, encontramos uma ilha ácrata (uma estranha sobrevivente

jurássica?), depois outra, e outra mais...” Assim estas “ilhas” vão configurando um denso “arquipélago libertário” na década de 1940 (NIETO, 2013, p. 198). Em tabela construída pelo pesquisador, pode-se identificar a presença anarquista em mais de 20 cidades. Nieto também demonstra a inserção desses núcleos em atividades econômicas diversas, demonstrando que a militância anarquista do período (1939 – 49) atuou em setores da Alimentação, construção, transporte, gráfica, madeira, têxtil, estatal, metalurgia, comércio, serviços e rural.

Tabela 1: Existência de grupos de ativistas libertários na Argentina (1939-1949)

Província / Território nacional	No de Localidades (com um ou mais núcleos de ativistas)
Buenos Aires	74
Santa Fé	22
Córdoba	1
Entre Ríos	11
Mendoza	7
Formosa	3
Chaco	3
Tucumán	2
Santiago del Estero	2
San Luis	2
San Juan	1
Chubut	1
Santa Cruz	1
Corrientes	1
Jujuy	1
Misiones	1
Salta	1
La Pampa	1
Catamarca	1
La Rioja	1
Total	151

Fonte: Tabela construída por Agustín Nieto. (NIETO, 2012, p. 199, tradução nossa)

O anarquismo também possuía uma organização política constituída, intitulada *Federación Anarco-Comunista Argentina* (FACA).² Segundo Nieto (2013) durante os anos 40 militantes anarquistas da FACA conseguiram avançar em sindicatos dirigidos por outras correntes, organizaram sindicatos “paralelos”, conseguiram impor sua linha política em assembleias de organizações operárias hegemônicas pelos comunistas e deslocaram esses da direção de importantes sindicatos e federações (Ibid, p. 213). Ainda que a conjuntura passasse por momentos distintos, com repressão de Perón a determinadas associações sindicais, incluindo onde os anarquistas estavam,³ o anarquismo seguiu atuante nos anos seguintes, sobrevivendo e tentando ocupar espaços após o golpe militar que exilou Perón e perseguiu os sindicalistas peronistas.⁴

Os anarquistas também terão um papel central na histórica greve (a mais longa da história da Argentina) da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), realizada em 1956, mas já num contexto diferente da década anterior (SILVA, 2018).

No período que precede o desenrolar da Revolução Cubana, o anarquismo, portanto, longe de ter desaparecido, seguia de modo modesto, tentando influir minimamente em espaços sindicais

² Anarco-comunismo é um termo muito utilizado pelo anarquismo durante as décadas de 10 e 20. Se referia a posição anarquista e a defesa do comunismo (abolição das classes sociais) enquanto perspectiva final.

³ Um exemplo foi a prisão de encanadores vinculados a FORA em 1951 depois de uma greve. INFORMES del comite de huelga. Cf. SILVA, 2018, p. 48.

⁴ Há uma polêmica forte no interior do anarquismo em torno de alas que se alinharam ao oficialismo e outras que repudiaram tal atitude. Por questão de espaço não conseguiremos abordar tal assunto adequadamente. Ibid, p. 50.

argentinos, hegemonizado pelo debate do peronismo e do anti-peronismo. Duas organizações anarquistas merecem ser mencionadas no período da década de 50. A primeira é a outrora mencionada, FACA, que em 1955 muda de nome para *Federación Libertária Argentina* (FLA), que mantinha a direção da *Federación Gráfica Bonaerense*, inserção na categoria dos portuários e trabalhadores navais da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), que agrupava 7.000 trabalhadores. Outra organização era a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), uma organização anarco-sindicalista que até os anos 60 se limitou a ter influência na categoria dos encanadores, motoristas e nos trabalhadores navais, em grande medida, com maior presença em Buenos Aires. Estavam aderidos a FORA, a *Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos*, *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto del Capital*, *Sociedad de Resistência Ofícios Vários de Moron y Matanza*, *Sociedad de Resistencia Obreros Mozoz y Anexos de la Capital* (SILVA, 2018). Essas entidades eram pequenas agrupações sindicais, espalhadas por determinadas categorias de trabalhadores. Apesar de modestas, possuíam um trabalho sindical e articulação política, e possuíam bom trânsito no anarquismo internacional (principalmente a FLA). Uma das principais revistas do universo intelectual anarquista argentino era a revista *Reconstruir*, ligadas aos militantes da FLA, revista que circulava no eixo do Rio da Prata. Além dos jornais especificamente sindicais organizados pela FORA, o jornal anarquista mais importante era *La*

Protesta, onde a polêmica da Revolução Cubana encontrou grande espaço (SILVA, 2018, pp. 141).

A primeira organização anarquista argentina a debater publicamente o tema cubano foi a FORA, no início de 1960. Opinando sobre Cuba, ressaltaria que “em lugar de simpatias e eufóricas adesões” criticava o que chamava de concepção de “Estado-capitalista ou totalitário” e fustigava os setores anarquistas que em sua opinião usava “artifícios dialéticos” para justificar seu apoio irrestrito (FORA, 1960, p. 1). No mesmo ano criticarão o modelo sindical de Cuba e as detenções de militantes na ilha (Ibid, p. 2).

Foi especificamente o movimento de exilados do ano de 1961 que marcou decisivamente este setor do anarquismo argentino. A invasão planejada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) pela praia de Girón na Baía de Cochinos (ou Baía dos Porcos), em abril de 1961 aprofundou a crescente sovietação do regime cubano (FERNANDEZ, 2000). O pesquisador Moniz Bandeira afirmará que as pressões para o fim do regime de castro acabaram por promover a aliança entre Cuba e URSS (BANDEIRA, 1998). Tal evento provocou não apenas nos comunistas ligados a Castro, tal reação, mas havia confusão no interior das próprias fileiras anarquistas sobre o fato, em alguns casos – no caso de certos setores europeus – extrapolando para certo anticomunismo. Mas essa posição não era uníssona. Havia diversidade no interior do anarquismo europeu e americano.

No mês seguinte, especificamente na comemoração do Primeiro de Maio (Dia do Trabalhador) em 1961, Fidel Castro afirmou que Cuba

é um país socialista, de tendência marxista-leninista, o que provocou uma ampla e imediata reação negativa dos periódicos anarquistas em solo argentino que já desconfiavam da aproximação de Castro com o comunismo (BELLÉ, 2009, p. 12).

No editorial da Revista *Reconstruir*, as críticas foram sistematizadas de maneira profunda, gerando certas polêmicas internas sobre o tema. Podemos destacar dois modelos gerais de recepção da polêmica. De um lado, ainda que limitados pelo contexto e discussão política, uma tentativa de alguns militantes de arejarem o anarquismo com conceitos e elementos para analisar a realidade, inspirados por um latino-americanismo difuso que tinha em Cuba e em outras experiências um exemplo, de outro, uma postura que considerou o uso compartilhado de determinados conceitos (tais como anti-imperialismo) como praticamente um sinônimo de desvio doutrinal, evidenciando um forte ar eurocêntrico em relação ao anarquismo. Tal oposição, já encastelada em germe, – e que tem como centro o debate cubano – em 1961 se radicalizou ainda mais nos anos seguintes, provocando rupturas reais.

A FLA será a organização anarquista mais crítica a Revolução Cubana em 1961 enquanto celebra a revolução como uma “festa da liberdade”, criticará os caminhos sindicais na ilha. A crescente aproximação de Cuba ao socialismo soviético e a perseguição aos anarquistas, faz com que a crítica endereçada de *Reconstruir* passe a alertar para o risco do regime cubano, adotar um regime “totalitário”, categoria, aliás, utilizada de maneira compartilhada com o anarquismo brasileiro. Apesar de mencionarem as conquistas socialistas, da

“reforma agrária, desarticulação de um exército mercenário, eliminação das empresas colonialistas” temiam o “perigo que [...] representa o desvio até o totalitarismo russo” (VIADÍU, 1961, pp. 28-32).

Com a divulgação em 1962 pelos militantes cubanos do *Boletín de Información Libertaria* sobre as frequentes perseguições aos anarquistas, o tema caminharia para uma definição mais clara. Apesar dos anarquistas cubanos terem recebido solidariedade de norte-americanos e argentinos, a confusão existente parecia manter alguns focos ainda favoráveis a Cuba no anarquismo mundial. Em fevereiro de 1962 a questão tinha sido pautada nas fileiras da FORA, indicando que havia elementos suficientes para dar fim ao debate. Em janeiro a FORA afirmaria que “condena a tirania sangrenta desencadeada em Cuba e exercida por Fidel Castro [...] com a intervenção dos agentes e instrumentos do bolchevismo.” A FORA também afirmaria que “repudia o despotismo do capitalismo internacional e em particular o norte-americano que constitui o perigo direto na América Latina” (FORA, 1962).

O fim da diversidade organizativa no campo da esquerda era o ponto mais relevante para a crítica anarquista em solo argentino. No dia 26 de março de 1962 (em Cuba) foi criado o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC), que nasceu da fusão do M26-J, o PSP, o Diretório Revolucionário 13 de Março e as Organizações Revolucionárias Integradas. Em artigo publicado em *Reconstruir*, o anarquismo argentino ecoava as palavras do anarquista francês e ex-combatente na Espanha que afirma que “tão logo um partido chamado

revolucionário em princípio, elimina os outros revolucionários, estamos na presença de um princípio de ditadura” (LEVAL, 1962, p. 25).

Na Argentina, a FLA reuniu-se nos dias 16, 17 e 18 de agosto e realizou um congresso extraordinário. Para ter ideia da importância do tema cubano, este foi objeto de discussão congressual. Além de uma declaração de princípios afirmarão sua solidariedade ao *Movimiento Libertário Cubano* (MLCE) no exílio e se declaram contrários ao encadeamento de Cuba aos “regimes totalitários comunistas” (FLA, 1963, p. 3). Denunciou o encarceramento dos opositores, o paredão como estado permanente, o controle da imprensa, dos sindicatos, da educação e da distribuição dos alimentos (Idem). Apesar disso, sempre que possível, a FLA se posicionou contra o imperialismo estadunidense e rejeitava a ideia de um retorno capitalista a ilha.

A presença da questão cubana no jornal da FLA seguiu constante durante os próximos anos enquanto denúncia. Essa presença permanente pode ser explicada por vários fatores. Primeiro, a onda de organizações que adotam a Revolução Cubana como referência, em sua maioria ligada ao campo comunista e que atuam não apenas na Argentina, mas também no restante da América Latina. Segundo – reflexão que se depreende da primeira questão – e não menos importante, o método de luta adotado em Cuba e o debate sobre o uso da violência revolucionária que teve consequências fundamentais para o anarquismo do Rio da Prata, especialmente o Uruguai. Já começava a se gestar no Uruguai, como veremos adiante, a luta armada e ensaios práticos, que também envolveram anarquistas.

Terceiro pela presença de alguns exilados anarquistas cubanos na Argentina, que como dito anteriormente, se converte num “consulado” informal do MLCE na América Latina. Por fim, a divisão existente – em específico no Uruguai – sobre duas concepções de anarquismo que, se encontravam em posições completamente distintas sobre não somente a Revolução Cubana, mas também sobre o que ela representava em práticas concretas no seu próprio território nacional. No Uruguai, como veremos adiante, a posição de apoio a Revolução Cubana foi mais decisiva dentro do anarquismo. Havia uma disputa em curso sobre o tema no Uruguai, que acelerou as reações adversas a Cuba pelo anarquismo argentino. Principalmente sobre o tema da luta armada.

Em setembro de 1962, por exemplo, o jornal da FLA divulgou um panfleto da *Unión Socialista Libertária de Rosario* (aderida a FLA) com o título “Violência e Criatividade Revolucionária”, assinado pela anarquista uruguaia Luce Fabri, esta defenderá um conceito de revolução que se propõe a “empregar e libertar a força, se opor à violência, criar espaços livres para os germens vitais e espontâneos da história do amanhã”. Contrariando grande parte da história do anarquismo (e do uso corrente da violência), Fabri afirma que a violência se opunha ao conceito de liberdade defendido pelos anarquistas (FABRI, 1962, p. 3). O panfleto de Fabri, que vivia no Uruguai, ecoava uma posição de anarquistas deste país, já rompidos com a *Federación Anarquista Uruguay*. Há de se destacar que Luce Fabri é naquele momento, umas das anarquistas de maior destaque deste continente e com grande trânsito no anarquismo internacional.

Como consequência dos efeitos do debate da Revolução Cubana, durante toda a década de 1960, polêmicas importantes em torno não tanto de Cuba, mas da vigência da violência revolucionária e da luta armada no anarquismo tomaram as páginas de *La Protesta* e opuseram mais adiante, um novo e revigorado campo anarquista ao anarquismo clássico da FLA, da FORA e de *La Protesta*. Depois de uma polêmica dura sobre o uso da violência revolucionária, espalhada por anos nos jornais anarquistas, (a polêmica vai e volta por anos nos anos 60 e só se resolve na década de 70) um grupo de militantes se desligará de *La Protesta* em 1972 e fundará uma organização adiante, totalmente afinada com o anti-imperialismo e a luta armada.⁵

A polêmica da Revolução Cubana no anarquismo uruguaio

O anarquismo uruguaio debateu a polêmica da Revolução Cubana com muito mais efeitos colaterais. Isso se deu em grande medida pelo fato da maior parte do anarquismo deste país estar concentrado numa mesma organização, ao contrário do caso argentino, que possuía maior diversidade. Anarquistas ligados ao comitê pró-federação libertária uruguaia, já acompanhavam a luta em Sierra Maestra com simpatia (RUGAI, 2012) Recém-fundada em 1956, a *Federación Anarquista Uruguay* – segundo o depoimento de Juan Carlos Mechoso, militante da FAU à época – fez adesivos reivindicando o exemplo do assalto ao quartel de Moncada realizado em 1953 em Cuba (MECHOSO, 2017). Afirma que a alusão a esse tipo de

⁵ O nome desta organização é *Resistencia Libertária*. Mais informações sobre esta em SILVA, 2018.

ação se inscrevia na crítica a tese da coexistência pacífica, defendida pelo Partido Comunista Uruguaio. A FAU era composta à época de sua fundação, por velhos e novos militantes, que mesclavam experiências sindicais com aportes organizativos malatestianos e bakuninianos.

Assim que estourou a Revolução Cubana, a FAU trabalhou ativamente na formação de comitês de apoio a Cuba. O tema central para a FAU era o enfrentamento ao imperialismo e o resgate dos métodos de ruptura que considerava combativos, mas ainda assim, se posicionam desde o início nas balizas de um apoio *crítico*. Aqui cabe dizer que a posição da FAU no início, não é diferente da posição do restante do anarquismo latino-americano. Em 1959 a FAU publicou o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário e a Revolução Cubana permanecia como uma inspiração.

De maneira geral afirmava que a “revolução cubana pertence ao povo, em especial a juventude. Se uma intervenção armada se produzisse ali, os povos da América teriam que defendê-los, porque se os deixássemos destruir, estaríamos nos suicidando” (FAU, apud MECHOSO, 2006, p. 119). Em três de maio de 1959, Fidel Castro chega ao Uruguai apenas cinco meses depois de ter triunfado a Revolução Cubana. O país estava arrasado por fortes inundações ocorridas no mês anterior. Fidel permaneceu dois dias no país, falou com a imprensa, negou que sua revolução fosse comunista e participou de um programa de televisão.

Cabe lembrar que antes de 1962, Cuba não estava associada ao marxismo-leninismo. No país “a Revolução Cubana não foi rechaçada

de imediato, mas sim à medida que foram adotando as disposições controversas – como a aplicação da pena de morte – e que o governo de Fidel Castro foi estreitando vínculos com o bloco soviético” (BROQUETAS, 2015, p. 91).

Neste sentido o apoio da FAU à revolução cubana – ainda com todos os integrantes que mais adiante romperiam com a organização pela questão cubana – era uníssono. Para a FAU a sobrevivência da revolução em Cuba dependia “do que ocorra em Cuba, do que façamos todos os povos latino-americanos” e “para impedir que seja traída sua revolução de dentro ou por fora” (FAU, 1959, p. 1). A FAU também sublinhava Cuba como exemplo de uma revolução feita de maneira independente da lógica binária da guerra fria, o que fortalecia sua tese de uma “terceira via do socialismo”, tese, aliás, muito confortável a perspectiva anarquista.

Em 1960 os anarquistas da FAU, após um pleno, se posicionarão de maneira mais sistematizada. No texto intitulado “Porque apoiamos e defendemos a revolução Cubana” afirmarão que em “Cuba está começando uma autêntica revolução”, mas rejeitam “dirigentes incrustados nos grêmios para servir consignas partidárias”, e que longe de ser uma garantia, constituem uma trava e um perigo para a revolução (FAU apud MECHOSO, 2006, p. 12-135). Cientes dos possíveis “desvios” da Revolução, os anarquistas da FAU diziam que “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos”, mas aceitam que

esta pode ser um “avanço abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade” (Idem).

Este primeiro texto sistemático, produzido pela FAU demonstra que esta jamais apoiou acriticamente a Revolução Cubana. Desde seus primeiros pronunciamentos já indica que “sem negar ou ignorar seus aspectos negativos nem os fatores que podem lhe desvirtuar, entendemos que devemos apoiar a Revolução Cubana” (Idem).

A FAU chamou atenção para o perigo da revolução “perder seu dinamismo”, burocratizar-se ou cair na aparente efetividade das ditaduras e dos “homens fortes” (Idem). Longe de apenas emitir um apoio, delineou com precisão, propostas que poderiam ser aplicadas na realidade cubana. O apoio da Revolução Cubana pela FAU teve grandes implicações. Primeiramente, a FAU participou de forma ativa e foi pioneira no Uruguai, como vimos, na formação de comitês de apoio a Cuba que reuniram setores importantes da esquerda. Esses comitês organizados em bairros e fábricas foram fundamentais para contrapor a linha da FAU com a de outras correntes políticas e dar uma identidade própria a essa organização. A Revolução Cubana era para FAU não apenas um debate abstrato de ideias, mas também implicava na defesa de uma determinada perspectiva revolucionária “à respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares” (RUGAI, 2012). O exemplo de Cuba para FAU era a prova de que a revolução ainda era possível. Este confronto de perspectivas ajudou a conformar um campo político em comum, campo que o historiador Eduardo Rey Tristán chama de

esquerda revolucionária. Lembremos que a revolução cubana reabria para a esquerda latino-americana, temas que estavam cristalizados em seu pensamento. Reafirmava a atualidade do socialismo nos países do continente e questionava a ideia hegemônica de que a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário (SALES, 2005, p. 2).

O segundo impacto da Revolução Cubana no anarquismo se deu no interior da própria FAU. Os que seguiram organizados na FAU reivindicando a Revolução Cubana, defendiam uma organização política que atuasse de maneira programática – contrariando a ideia de unir diversos anarquistas numa mesma organização pela mera identidade filosófica – e pudesse ter real incidência na luta de classes do país. O setor que se opunha a tal caminho associava uma organização mais estruturada e com maior grau de unidade interno e disciplina, como fruto de uma suposta influência marxista, ainda que isso não seja correto do ponto de vista da própria história do anarquismo a longo prazo.⁶

Em 10 de janeiro de 1961, um ato anticastrista foi realizado por grupos de direita e contou com duas mil e quinhentas pessoas. O ato se inscrevia numa campanha de defesa da ruptura diplomática do Uruguai com Cuba e era promovida pelos setores anticomunistas. Ao final do ato parte dos manifestantes de direita marcharam em direção à sede do Partido Comunista e diante estudantes vinculados à universidade e que apoiavam Cuba, começaram um enfrentamento com pedras, armas de

⁶ Diversas organizações anarquistas de cunho programático existiram em diferentes momentos da história.

fogo que terminou com diversos feridos e um manifestante anticomunista morto (BROQUETAS, 2015, p. 10).

Nesse contexto de polarização entre esquerda e direita, a FAU seguiria no debate interno sobre o tema cubano e as primeiras tensões passam a aflorar. Com a presença de mais de 60 militantes e com um longo debate, estendido até três horas da manhã, a FAU reafirmará o apoio a Revolução Cubana em julho de 1961. Lembremos que é neste ano, que as principais críticas ao processo cubano no anarquismo são consolidadas. No caso da Argentina, já há uma posição bem mais definida em relação a Cuba, o que certamente pressionava a FAU a seguir o caminho dos congêneres argentinos. Lembremos que a relação entre anarquismo argentino e uruguaio sempre foram muito estreitas.

Apesar dos dissensos internos, que avaliavam a crescente influência comunista, se produziu um acordo interno, onde a FAU manteve apoio ao processo revolucionário cubano com correlação de forças internas, majoritariamente favorável a Cuba (FAU, 1961). Também se recomendou a participação da militância da organização nos comitês de solidariedade a Cuba.

Uma zona cinza desse período foi a não menção da FAU aos presos políticos anarquistas em Cuba, enquanto na Europa e na Argentina, tal campanha de denúncia seguiu ativa. Para os anarquistas uruguaios, no entanto, a questão terceiro-mundista teve maior peso e o apoio a Revolução Cubana se manteve, mesmo com as críticas externas cercando a organização. A FAU sustentou a Revolução Cubana também para preservar uma relação entre correntes políticas dentro do próprio

Uruguai, mantendo assim, um campo de diálogo em comum que foi valioso nos anos que se seguiram. Sintonizada com o terceiro-mundismo avaliou em novembro de 1962 que pertenciam a “geração que no marco dos países do Terceiro Mundo livra a batalha definitiva contra o imperialismo e o subdesenvolvimento” (FAU, 1962). Para a FAU o contexto era de luta de libertação dos povos subdesenvolvidos; crise do regime capitalista e do colonialismo e imperialismo; e fratura do monolitismo e crise nos países da área soviética e na própria URSS (Idem).

Sua posição “terceiro-mundista” não impedia de realizar críticas ao modelo soviético que paulatinamente passa a ser adotado na ilha. Ainda em 1962 a FAU denunciaria a “criação do Partido Único” na ilha como algo que “conspira contra o desenvolvimento da revolução” (FAU, s/d, p. 223). Neste documento defendia a autodeterminação dos povos, o anti-imperialismo (contra o imperialismo estadunidense como o soviético), a autogestão social, democracia direta, crítica ao partido único e ao marxismo-leninismo. Reconhecem que dentro de Cuba “distintas medidas adotadas, seja por imperativos internos, seja por desorientação ideológica” constituem um desvio de seus postulados originais. Afirmava que “só por uma inadmissível irresponsabilidade ou torpeza política [...] se possa confundir uma covarde e reacionária neutralidade entre colonialismo e país colonizado, ou entre ditadura e povo dominado, com a Terceira Posição”. Para a FAU, a luta dos países subdesenvolvidos “estava completamente desconectada desta doutrina [comunista]” (Idem).

Paradoxalmente constavam nos jornais e materiais da FAU, ainda que minoritariamente citações de determinadas frases de Fidel Castro ou de Che Guevara. O objetivo era demarcar um campo revolucionário versus a burocracia soviética usando uma figura reconhecida no amplo campo da esquerda revolucionária e impingindo-lhe “cores libertárias”. O que certamente, chocou grande parte do anarquismo europeu.

Em 1963 as divergências internas sobre Cuba se tornaram insuportáveis. Os temas mais importantes para a cisão da FAU foram: Cuba, estrutura orgânica, prioridade operária e violência revolucionária (MECHOSO, 2016). Percebemos que os temas em questão, em maior ou menor grau, estavam todos relacionados com a temática cubana: como se organizar? Como influenciar e como fazer uma revolução? A cisão da FAU consolidou a linha revolucionária e que apoiava a Revolução Cubana dentro da organização. A consequência disto foi formatar a organização com uma estrutura organizativa mais sólida e maior disciplina interna. Também reforçaram a prioridade do anarquismo na atuação operária e a defesa da necessidade da violência revolucionária (TRISTÁN, 2006) em contraposição, aqueles que internamente, defendiam experiências comunitárias anarquistas. Tal reivindicação da Revolução Cubana, entretanto, nunca possibilitou grandes diálogos com a ilha. Em 1965, como apontado pelo historiador Daniel Alves “a FAU havia se desentendido com uma delegação cubana que visitara o Uruguai antes da OLAS” e isto, ainda segundo o autor

prejudicou as possibilidades de visita da FAU à Cuba (ALVES, 2016, p. 92).

Naquela ocasião, a FAU, contando com a participação de Gerardo Gatti e Juan Carlos Mechoso, intercambiou opiniões a respeito dos respectivos processos de cada país e sobre um possível apoio técnico, no caso, viagens à Cuba para cursos de capacitação militar. Em meio a conversação, o delegado cubano fixou como exigência à FAU a modificação de seu nome – no caso, deixar de denominar-se anarquista – para que, então, pudesse receber tais cursos. (ALVES, 2016, p. 92)

Tal exigência jamais foi aceita, mas o grupo que saiu da FAU pela polêmica cubana, possuía um trânsito maior no movimento anarquista internacional e passa a caracterizar a FAU como uma organização “castrista”. Este grupo também possuía uma boa entrada no anarquismo brasileiro e argentino, fato que fez com que a FAU fosse isolada por décadas em todo continente. Isso se deveu exclusivamente a questão cubana e ao mito de que a FAU era “castrista” ou tinha influências marxistas. Mito reforçado pelos livros do historiador Edgar Rodrigues que ajudou a difundir nas décadas de 80 e 90, a linha de Luce Fabbri de uma memória de uma FAU pró-castro (SILVA, 2018, p. 112).

Este isolamento também ocorreu mediante a adoção de perspectivas políticas originais pela FAU, e que se chocava com certa ortodoxia e eurocentrismo reinante no meio libertário. A organização da FAU nutriu-se de uma experiência latino-americana que caminhava com uma identidade própria e que se diferenciava do hegemônico modelo do

anarquismo europeu e incorporado por uma parte significativa e influente do anarquismo latino-americano naquele momento.

A Revolução Cubana foi, portanto, central para os debates internos da FAU e do anarquismo uruguaio. Marcou sua identidade latino-americanista e definiu ainda que guardadas às realidades locais, perspectivas políticas importantes. Paradoxalmente o isolamento da FAU do restante do anarquismo europeu, ou de sua tradição europeia em solo latino-americano, não contribuiu para seu isolamento da luta de classes em seu país. A cisão da FAU, como apontado por Rugai e Alves de maneira indubitável, longe de enfraquecê-la, tornou-a uma organização com maior grau de unidade política e com um acionar mais efetivo, em sintonia com a realidade de seu país e do continente latino-americano. Com as discussões sobre Cuba, dirimidas, o uso da violência revolucionária não seria mais um assunto divergente dentro da organização, o que lhes possibilitou dar passos mais audaciosos em direção ao seu projeto revolucionário e começar a discutir as possibilidades do uso da luta armada. Ao sair de Cuba, Abraham Guillén viajará para o Uruguai no momento em que se desenrolava a polêmica interna da FAU. Guillén levará reflexões teóricas que influenciarão parte da esquerda revolucionária uruguaia, dentre elas, talvez a mais importante no ideário anarquista, a de que as experiências armadas deveriam responder a uma ação social de massas e nunca dela se distanciar. Guillén, segundo relatos de antigos militantes da FAU, participara de formações internas onde o tema da luta armada era

debatido e a organização consolidava sua posição (SILVA, 2018, p. 183).

A FAU ajudou então a constituir o primeiro organismo de luta armada no país, o *Coordinador*, que funcionou de 1962 a 1965, realizando pequenas ações armadas e que futuramente, deu origem ao maior movimento de luta armada do país, o *Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros*.⁷ A FAU passou a ter uma influência relevante no conjunto da classe trabalhadora do país e a preparar a organização para uma possível clandestinidade (ocorrida em 1967). A FAU é uma força decisiva na fundação da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) em 1964, que em seu congresso de unificação (em 1966) se torna o espaço sindical mais importante do país. A FAU também funda a *Tendencia Combativa* em 1966, que atuava como oposição a política majoritária do PCU (ocupando alguns cargos de direção na CNT), constituiu também em 1968 a *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), uma tendência⁸ política com forte presença da FAU e que chegou a ter milhares de militantes (militantes estudantis, sindicais e atuando nos bairros). Em 1969 a FAU também fundou seu aparato armado, a *Organización Popular Revolucionária 33 Orientales* (OPR-33), que realizou inúmeros sequestros, expropriações e ações armadas no país (SILVA, 2018, pp. 191-200). Da Revolução Cubana, a OPR tomou a inspiração da luta armada, mas desenvolveu um rico arsenal crítico ao

⁷ A FAU se desliga do Coordinador assim que a proposta de criação do MNL-T é formulada.

⁸ Uma organização de tendência seria uma organização que estaria no “meio do caminho” entre uma organização política e um movimento social.

foquismo. A linha estratégica da FAU para seu aparato armado era o de só intervir caso as ferramentas de organização sindical e popular tivessem chegado ao seu limite. O documento de luta armada mais conhecido da FAU foi escrito em novembro de 1972, e editado com o nome de *Copey*, basicamente, uma análise crítica do foquismo e uma defesa estratégica das possibilidades da luta armada em outros termos.

O isolamento do campo libertário teve um custo político alto, por outro lado, permitiu certa liberdade diante uma ortodoxia de determinadas organizações e correntes. O apoio da FAU a Revolução Cubana deve ser entendido como a defesa de uma perspectiva revolucionária *latino-americanista*, que lhe garantiu um rico cabedal de ferramentas políticas e a afastou de um anarquismo ossificado. Abatida pela repressão em 1974, realiza um recuo estratégico para Buenos Aires, deixando um rastro de inúmeros desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura militar do Uruguai e da Argentina, sendo reconstruída apenas na década de 1990. Sua constituição política, entretanto, de profunda inspiração latino-americana, seguiu como uma influência importante na trajetória do anarquismo deste continente.

Apontamentos conclusivos

Sabemos também, que essas formas de dominação
e de exploração permanentemente aperfeiçoadas,
podem sempre ser destruídas,
como ocorreu na Rússia em 1917,
na China em 1948 e em Cuba, em 1959
Acción Directa (jornal anarquista argentino, 1973)

Apesar de não podermos reduzir toda a trajetória histórica do anarquismo pós-59 nos três países a essas polêmicas, a influência da Revolução Cubana de fato foi um marcador de posições políticas relevantes, principalmente no Uruguai e na Argentina. Tal influência obviamente foi mais relevante na medida em que estiveram presentes condições materiais para o desenvolvimento de certos postulados, que dizem respeito a inúmeras variáveis, como relação entre o Estado e a classe trabalhadora, a manutenção do anarquismo no período e de certo sindicalismo com maior liberdade de ação em relação ao Estado (maior no Uruguai e bem menor na argentina no Brasil) etc. Como vimos anteriormente, as polêmicas chegam mais ou menos no mesmo período e se desenrolam fundamentalmente até 1963. Vimos como em termos de impacto, a polêmica teve maior consequências no anarquismo uruguaio.

Na Argentina, a polêmica parecia estancada em 1963, mas uma nova geração de militantes libertários inspirados pelo que pode ser conceituado como *gramática guerrilheira* (SILVA, 2018, p. 82) passa a trazer tensões internas. Os ventos de 1968 (que varreram os dois países) inspiram reflexões políticas muito profundas no anarquismo da região e

trouxeram novos atores sociais. Na Argentina, paralelamente enquanto se inserem em atividades comunitárias, estudantis e sindicais, os anarquistas que mantiveram apoio crítico a Revolução Cubana, de 1968 a 1970 passam a polemizar abertamente com os representantes do anarquismo “clássico” que se afastou totalmente da Revolução Cubana (representados pela FORA e pela FLA). Cabe mencionar também, em ambos os países o uso do conceito de *totalitarismo* por aqueles que rejeitaram em determinado momento a Revolução Cubana e seus destinos “totalitários”. Já para o anarquismo de ambos os países, que viam na Revolução Cubana uma possibilidade de luta, reivindicavam-na como um exemplo de formas de dominação que podem ser confrontadas. Essa categoria de totalitarismo obliterou a capacidade de tentar enxergar no processo revolucionário cubano, o que poderia ser reivindicado pelos libertários e o que não poderia.⁹

No Uruguai, ao reivindicarem criticamente a Revolução Cubana, estavam mais preocupados em formar uma identidade latino-americana para o socialismo e em consequência para o anarquismo. Tal posição fez com que formassem inúmeras iniciativas em comum (como o jornal *Época*) com outras correntes do socialismo fora do escopo do Partido Comunista, o que não evitou críticas e polêmicas internas, mas ajudou a constituir no Uruguai, um campo revolucionário crítico ao parlamentarismo e a esquerda eleitoral, com relevante inserção do anarquismo nas lutas populares. Apesar da FAU defender a luta armada,

⁹ Há todo um debate sobre o uso do conceito de totalitarismo e a influência liberal deste conceito, que não pretendo aprofundar aqui.

não se alinharam ao foquismo, criticando o que considerava como *vanguardismo* de se colocar a luta armada na frente das chamadas lutas de massas. A FAU também evitou o que considerava como “desvios militaristas”, de se enfatizar demasiadamente a luta armada em detrimento da luta popular e sindical. A OPR-33, braço armado da FAU, estava subordinada as decisões estratégicas da FAU e não realizou ações contra forças de segurança (focavam em “expropriações” para financiamento e sequestros). Operavam suas ações armadas no intuito de apoiar as ações sindicais.

De maneira geral, o acontecimento cubano (somado com outras condições) também apressou certa renovação teórica dentro do anarquismo e a busca de ferramentas explicativas para compreensão da realidade e renovação ideológica interna. A *gramática guerrilheira*, (SILVA, 2018, p. 82-120) colocou o continente americano e latino-americano no centro do debate teórico.

Também apressou o debate da necessidade de uma organização política anarquista (crítica da estratégia do anarco-sindicalismo)¹⁰ que atuasse na realidade sindical e popular com um programa político determinado.

Tal fato também provocou, principalmente no Uruguai, uma busca permanente pela heterodoxia, que buscou constituir uma identidade anarquista original, que viria a ser formalizada posteriormente (nos anos 90 principalmente) como *especificismo*, um

¹⁰ Na estratégia anarco-sindical não há necessidade de uma organização política anarquista atuando nos sindicatos. O próprio sindicato seria a organização preferencial de atuação dos anarquistas.

anarquismo de fortes marcas latino-americanas e que é filho indireto, desta polêmica da Revolução Cubana, nos dois países citados.

Bibliografia

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BELLÉ, Júnior. *Revolução Cubana: Mais à esquerda que o Castrismo*. São Paulo: Editora Faísca, 2009.

BERKMAN, Alejandro. Kronstadt. Habana: Cooperativa de Publicaciones Libertárias : Asociacion Libertaria de Cuba Editorial, setiembre de 1960.

BROQUETAS, Magdalena. *La Trama autoritária: derechas y violencia em Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2015.

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando Lopez. *Resistencia Libertaria / Verônica Diz y Fernando Lopez Trujillo*. - 1a Ed. B-uenos Aires: Madreselva, 2007.

FABRI, Luce. Violencia y Creatividad Revolucionarias. Acción Libertária, Buenos Aires, nº 178, p. 3 septiembre, 1962.

FAU. Cuba y el Tercer Mundo. *Suplemento de Lucha Libertária*, Montevideo, noviembre de 1962

_____. Ideas para aplicar. *Lucha Libertária*, Montevideo, Maio de 1959, tradução nossa.

_____. Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana. *Folheto*, tradução nossa

_____. Pleno reafirmó la solidaridad com la Revolución Cubana, FAU, *Boletín Informativo*. Julio de 1961, ano 1, nº 12.

FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2000.

FLA. Se realizó el congreso extraordinario de la F.L.A. *Acción Libertária*, Buenos Aires, nº 182, p.3, diciembre, 1963.

_____. Solidaridad para con los Cubanos Antitotalitarios. *Acción Libertária*, Buenos Aires, nº 182, p. 2, diciembre, 1963.

FORA. La situación cubana. Consideración en Torno a la Reunión Regional de Delegados de la F.O.R.A. Realizada en Buenos Aires los días 4, 5, 6, 7, y 8 de Enero de 1962. Organización Obrera. Buenos Aires, Febrero de 1962.

_____. Referencias ilustrativas sobre Cuba. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 146, p. 2, julio, 1960

_____. Revoluciones Antiemancipadoras. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 145, p. 1, mayo, 1960.

GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. *Revista Bicicleta*, Año 1, n. 9, octubre de 1978, p. 4, tradução nossa.

LEVAL, Gastón. El Castro-comunismo no puede enganar a nadie. *Reconstruir*, Buenos Aires, nº 21, p. 25, noviembre-diciembre, 1962.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU*. Montevideo, Recortes. s/d.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo II La Fundación*. Montevideo: Editorial Recortes, 2005.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo III Los primeros años*. Montevideo: Editorial Recortes, 2006.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo I Raíces, 1870-1940*. Montevideo: Editorial Recortes, 2001.

_____; depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

NIETO, Augustín. Um Acercamiento ‘Topográfico’ a la Militancia Sindical Libertária em la Argentina de los años cuarenta. In *Escuela de História, Revista Digital* nº 3, 2012.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista. O Anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

_____. *Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. Seropédica, RJ. 2018. 282p Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

TELLO, María Esther. “Mis primeros contactos con militancia libertaria.” In. Fondation Besnard. Francia, 2006. Disponível em < <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article443>>.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguaya. 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

VIADIÚ, José. Ayer España; Hoy Cuba. Reconstruir, Montevideo-Buenos Aires, nº 13, pp. 28-32, julio-agosto, 1961.

Jornais, Revistas e periódicos consultados

Acción Libertária, Argentina

Bicicleta, Argentina

Lucha Libertária, Uruguai

Organización Obrera, Argentina.

Reconstruir, Argentina

Recebido em 02/04/19 aceito para publicação em 25/07/19